

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.011 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO

Calamidade das enchentes preocupa senadores

Os senadores Francelino Pereira, José Roberto Arruda, Gerson Camata, Romeu Tuma, Arlindo Porto, Heloísa Helena e José Alencar manifestaram sua solidariedade às vítimas das enchentes na região Sudeste e a preocupação com a necessidade urgente de se destinar recursos para a área.

PÁGINAS 4 E 5

Alcântara questiona ação de banco estrangeiro

Em discurso ontem, o senador Lúcio Alcântara questionou se o aumento do número de bancos estrangeiros no Brasil está trazendo algum benefício para os clientes ou para o sistema financeiro nacional.

PÁGINA 6

Nabor teme inflação se combustíveis aumentarem

Diante da possibilidade de um novo reajuste nos preços dos combustíveis, o senador Nabor Júnior disse temer que isso possa provocar uma disparada inflacionária. Ele disse que confiar na recessão para conter preços é arriscado.

PÁGINA 7



Antonio Carlos, ladeado pelos senadores Nabor Júnior e Geraldo Melo, destinou a Ordem do Dia da sessão de hoje às atividades das comissões

Comissões iniciam hoje votação de propostas

- 1 CCJ aprecia criação de fundo de combate à pobreza
- 2 CRE analisa propostas que proíbem venda de armas
- 3 Comissão de Orçamento examina relatórios setoriais

O Senado realiza hoje a primeira sessão deliberativa da convocação extraordinária e destina a Ordem do Dia às atividades das comissões. Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inicia reunião que tem na pauta proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, que institui um fundo destinado a combater a

pobreza no país. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também tem reunião hoje, às 17h30, para apreciar três projetos que proíbem a comercialização de armas de fogo no país. A Comissão Mista de Orçamento começa, às 18h de hoje, a apreciação de dez relatórios setoriais do Orçamento da União para 2000.

PÁGINAS 2 E 3



A CCJ inicia sua reunião às 10h e a CRE, às 17h30, com pautas extensas, que incluem fundo de combate à pobreza e proibição da venda de armas de fogo

CCJ examina PEC que institui fundo para combater miséria

Proposta tem como relator o senador Lúcio Alcântara, que considera essa iniciativa uma manifestação política do Congresso

A criação de um fundo destinado a combater a pobreza no país é uma manifestação política do Congresso Nacional, que está inconformado com a situação aviltante em que vive a maior parte da população brasileira, disse o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da proposta de emenda constitucional que institui o fundo. De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta começa a ser examinada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, em reunião marcada para as 10 horas.

Alcântara observou, no entanto, que o combate à pobreza não se esgota com a criação de um fundo com este objetivo, afirmando que este “é apenas mais um elemento; pobreza não se combate só com isso”.

A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza também apresentou proposta semelhante. Analisando as duas proposições, Alcântara afirmou que há poucas diferenças entre elas. Ele lembrou

que, enquanto a iniciativa do presidente do Congresso retira do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) os recursos que vão bancar o fundo, a proposta da comissão mista vai buscar na Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) os recursos necessários para a erradicação da pobreza.



A comissão tem reunião marcada para as 10 horas para examinar a proposta de emenda constitucional que cria o fundo

“A diferença é quanto às fontes de recursos”, observou Lúcio Alcântara, ao informar que ambas as propostas criam um adicional sobre a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre produtos supérfluos, fumo e bebidas alcoólicas e estabelecem um prazo de dez anos para a vigência do fundo.

Formado por parcela da arrecadação de diversos tributos, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, proposto por

Antonio Carlos Magalhães, destina-se a financiar ações em áreas como nutrição, saúde, educação e moradia e outros programas de interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações pobres. Os recursos serão oriundos dos seguintes tributos e contribuições: 10% do FEF; 2% do IOF; 3% do Imposto

de Importação; 1% do Imposto de Renda próprio dos estados e 1% do Imposto de Renda próprio dos municípios com mais de 500 mil habitantes, além de contribuições voluntárias.

A outra proposta, da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, terá como fonte de custeio uma contribuição social com alíquota de 0,08% (menos de 1%) incidente sobre a movimentação ou transmissão de valores de créditos e direitos de natureza financeira, destinada, integralmente, ao novo fundo. Também será destinada ao fundo parcela correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais sobre a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre produtos supérfluos, fumo e bebidas alcoólicas.

Conforme a proposta, o fundo receberá ainda recursos de dotações orçamentárias, contribuições nacionais e internacionais, além de 20% dos recursos referentes a incentivos fiscais concedidos a empresas e pessoas físicas, a partir da data da redução ou extinção desses incentivos, calculados sobre o valor do último ano de sua vigência.



ACM propôs a criação do fundo formado por parcelas de vários tributos



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
12h — Reunião com os líderes do governo
15h30 — Preside sessão deliberativa

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária (Reunião de Comissões)

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Local: Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Requerimento nº 376/99, do senador José Roberto Arruda, que requer voto de apoio ao governo brasileiro e ao Mercosul, pelo firme posicionamento assumido em defesa da redução das barreiras comerciais impostas pela União Européia aos produtos da região, especialmente os agrícolas; *PDL nº 05/99, que aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova York; *PDL nº 15/99, que aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em São Luiz, na Argentina; *PDL nº 225/99, que aprova o texto do acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10/12/82, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York; *PDL nº 123/99, que aprova Acordo sobre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos; *PLS nº 292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; *PLS nº 386/99, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437, de fevereiro de 1997, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; e *PLS nº 614/99, que proíbe a venda de armas de fogo e de munição em todo o território nacional.

Local: Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apresentação, discussão e votação dos Relatórios Setoriais do Orçamento para 2000 (PL nº 20/99 - CN).

Local: Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-Feira (12.01.00)

14h30 — Sessão deliberativa ordinária (Reunião de Comissões)

Quinta-Feira (13.01.00)

10h — Agenda em aberto

COMISSÕES

Quarta-Feira (12.01.00)

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 133/99, que propõe sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento de débitos da República de Zâmbia para o Brasil, no valor estimado de US\$ 20,35 milhões com base na Ata de Entendimentos de 28.02.96, celebrada no âmbito do chamado “Clube de Paris”; Ofício “S” nº 59/99, que encaminha ao Senado relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida pelo Banco Central, na qualidade de agente do Tesouro Nacional; e *Mensagem nº 001/2000, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2000.

Local: Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Projeto ratifica títulos de alienação na fronteira

Os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira serão ratificados se for aprovado projeto de lei de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentado em dezembro do ano passado. A proposta visa, segundo o senador, levar tranqüilidade aos proprietários de imóveis rurais que, mesmo tendo posse le-

gítima, vivem em permanente insegurança para produzir:

— Nossa iniciativa não pretende legitimar alienações e concessões feitas ao arrepio da lei. Especificamos que a ratificação pressupõe que a alienação ou concessão promovida pelo estado tenha sido feita de acordo com as normas legais vigentes à época — destaca Álvaro.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Marcos Magalhães

Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão de Orçamento vota relatórios setoriais

Conforme parecer preliminar do relator, deputado Carlos Melles, o projeto de lei orçamentária prevê receitas no valor de R\$ 229 bilhões e despesas de R\$ 200 bilhões, mantendo a política fiscal restritiva do Executivo

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização iniciará hoje, às 18h, os trabalhos de votação dos dez relatórios setoriais do Orçamento da União para 2000.

De acordo com o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), após a votação dos documentos, o relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), deverá consolidar as propostas parciais e submetê-las aos plenários da comissão e do Congresso. A votação da matéria está prevista na pauta da convocação extraordinária, que se encerra no dia 14 de fevereiro.

Até o fechamento desta edição, oito relatórios setoriais já estavam disponíveis e mostravam a aprovação de 6.178 emen-



Gilberto Mestrinho preside a comissão, que inicia votação a partir das 18h de hoje

das apresentadas individualmente por deputados e senadores (5.830), por bancadas estaduais e regionais (152), comissões permanentes da Câmara e do Senado (87) e pelos próprios

relatores (107). Até agora, a aprovação dessas emendas pelos relatores representa um acréscimo de 0,003% sobre o total de dotações orçamentárias proposto inicialmente pelo Poder Executivo para os órgãos abrangidos pelos oito relatórios setoriais.

Conforme o parecer preliminar do deputado Carlos Melles, o projeto de lei orçamentária a ser votado pelo Congresso no período de convocação extraordinária fixa receitas no valor total de R\$ 229,21 bilhões e despesas de R\$ 200,75 bilhões. Assim, a comissão manteve a política fiscal restritiva do Executivo, estimando um superávit de R\$ 28,46 bilhões, equivalentes a 2,65% do PIB estimado para 2000, de R\$ 1,07 trilhão.

Trabalhos das comissões marcam pauta da primeira sessão deliberativa

A pauta da sessão deliberativa de hoje, primeira da convocação extraordinária, será destinada às votações das comissões. A presença dos senadores será registrada no painel da Casa.

Pela manhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reunirá para discutir a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo Constitucional de Combate e Erradicação da Pobreza.

À tarde, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) discute projetos que proíbem a comercialização de armas e tratam de acordos internacionais. Às 16h, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização começa a votar os relatórios setoriais do Orçamento para este ano.

Ao meio-dia, o presidente do Senado reúne os líderes partidários para discutir a elaboração de uma pauta mínima de votações para o período da convocação extraordinária.

Edison Lobão registra posse do novo presidente do Tribunal de Justiça do MA

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou que no dia 30 de dezembro passado o desembargador Jorge Rachid Mubarak Maluf assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Na mesma solenidade, também tomaram posse os desembargadores Milson de Souza Coutinho e Etelvina Ribeiro Gonçalves, respectivamente na vice-presidência do Tribunal e na Corregedoria Geral da Justiça. Lobão informou ainda que o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do estado.

Nos últimos dois anos, segundo Edison Lobão, o desembargador

Jorge Rachid, atuando como corregedor do TJ do Maranhão, procurou levar a Justiça à população. O senador enumerou entre as iniciativas do magistrado a realização de casamentos coletivos reunindo milhares de casais em solenidades no interior do estado e os mutirões para registros de nascimento de dezenas de milhares de recém-nascidos ou já adultos.

— Ele levou a Justiça ao interior do estado do Maranhão, no ingente esforço continuado para reduzir as grandes dificuldades que o povo, especialmente a parcela mais carente, enfrenta nas lides cartorárias e forenses — afirmou.



Lobão lembra que Rachid procurou levar Justiça à população

Três projetos sobre o tema tramitam em conjunto na Comissão de Relações Exteriores



Proibição de venda e porte de armas será avaliada hoje pela CRE

Três projetos que proíbem a comercialização de armas de fogo no país serão examinados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) hoje, em reunião marcada para as 17h30. Um das matérias, de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), limita o uso de armamentos às Forças Armadas, policiais e empresas de segurança privada, desde que constituídas de acordo com a lei.

O projeto de Arruda tramita em conjunto com outros do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e do ex-senador Djalma Falcão (PMDB-AL) que restringem o porte e até o fabrico de armamentos. Para Camata, o uso de armas de fogo deve ser “objeto

de estrito controle estatal” e, para Falcão, “monopólio das Forças Armadas” (veja quadro).

Durante a convocação extraordinária, os projetos tramitam paralelamente à proposta que o Executivo apresentou à Câmara, também com a finalidade de proibir o comércio de armas. Ao trazer para o Senado a proposta com a mesma redação dada pelo governo federal, Arruda pretende que o tema, “de grande relevância e oportunidade”, seja amplamente debatido e aprovado com celeridade. Cabe ao senador Pedro Piva (PSDB-SP) relatar os projetos, que estão na CRE, comissão presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

MERCOSUL

Além dessas matérias, a CRE

analisa requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) propondo voto de apoio do Senado ao governo brasileiro e ao Mercosul, pelo posicionamento assumido em defesa da redução de barreiras comerciais impostas pela União Européia aos produtos da região.

Entre os oito itens que integram a pauta, também serão apreciados os textos da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, do protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, do acordo para implementação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o acordo sobre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos.



O projeto apresentado por Maria do Carmo prevê ainda estímulo à criação de peixes

Maria do Carmo propõe o apoio à apicultura

Para incrementar a oferta de alimentos e estimular a preservação das espécies animais e vegetais, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apresentou projeto estabelecendo que o poder público implementará programas de apoio à criação de abelhas (apicultura) e de peixes (piscicultura). A proposta encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será examinada em caráter terminativo.

Maria do Carmo entende que o incentivo à apicultura, além de permitir aumento de renda aos produtores, auxiliaria na proteção e recuperação do meio ambiente. Segundo ela, a criação de abelhas não só é uma atividade econômica capaz de elevar a renda de pequenos e médios produtores rurais como um valioso instrumento para aumentar a polinização e, conseqüentemente, a reprodução vegetal.

Cândido fala na TV sobre distribuição de livros didáticos

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) é o convidado do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 7 horas, às 12h30 e às 20h30.



No programa, ele fala sobre projeto de sua autoria, aprovado pelo

Senado e enviado à Câmara, que garante a distribuição de livros didáticos para os alunos da rede pública.

Ele lembra que muitos alunos deixam de estudar por falta de condições financeiras para adquirir os livros didáticos. Com a aprovação do projeto, diz o senador, espera-se que haja uma diminuição do contingente de 4,8 milhões de alunos que estão fora das salas de aula.

Francelino Pereira pede maior ajuda federal para as vítimas da enchente

Senador elogia presença do presidente Fernando Henrique nas áreas atingidas, mas diz que os prejuízos causados pela chuva superam em muito o valor já prometido pelo governo

A presença do presidente Fernando Henrique Cardoso nas áreas atingidas pelas enchentes no sul de Minas Gerais e a promessa de ajuda financeira foram muito bem recebidas pelo povo mineiro, de acordo com o senador Francelino Pereira (PFL-MG). Mas a reconstrução das cidades inundadas vai exigir bem mais do que os R\$ 5 milhões que o presidente prometeu liberar na forma de recursos emergenciais para todos os estados atingidos pelas chuvas. Em Minas Gerais, os prejuízos deverão chegar a R\$ 80 milhões. As cidades em pior situação são Itajubá, São Lourenço, Santa Rita do Sapucaí e Pouso Alegre.

— Minas está de olhos voltados para o governo federal e o presidente teve a visão exata de que não poderia ficar no gabinete num



momento como este — afirmou Francelino.

O senador disse que o presidente da República não pode ser criticado por ter decidido liberar inicialmente os R\$ 5 milhões por meio de medida provisória, uma vez que não se tem ainda a noção

Verbas devem se destinar também à prevenção de calamidades, diz Francelino

exata da quantia necessária ao soerguimento das comunidades localizadas nas regiões afetadas pelas fortes chuvas.

— O dinheiro liberado pelo presidente foi usado justamente para atender a população pobre do meu estado — disse Francelino.

Ele relatou os esforços que fez para acompanhar as ações do governo federal com o objetivo de socorrer os mineiros. Francelino permaneceu em Brasília na semana passada onde, além de comparecer ao Senado, visitou autoridades do Ministério da Integração Nacional e da Defesa Civil e dirigentes da Caixa Econômica Federal. O senador defendeu nes-

sas ocasiões a formulação e implementação de uma estratégia conjunta de todas essas esferas para fazer face à calamidade das enchentes.

Em aparte, Arlindo Porto (PTB-MG) registrou a importância das medidas emergenciais adotadas, mas disse esperar que o governo federal também exerça o seu papel na reconstrução das localidades arrasadas pelas inundações. Francelino concluiu dizendo que o Orçamento da União deve prever não só verbas para o atendimento a vítimas como também recursos destinados à prevenção de calamidades.

— Convoco o Senado a assumir responsabilidades. O Orçamento não pode continuar a ser uma fonte de corrupção — disse o senador.

Arruda defende linhas emergenciais de crédito

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fez ontem um relato da viagem que realizou ao sul de Minas Gerais, na comitiva do presidente Fernando Henrique Cardoso, para ver os estragos provocados pela chuva. Também participaram da comitiva os senadores José Alencar (PMDB-MG) e Francelino Pereira (PFL-MG), e os ministros Fernando Bezerra (Integração Nacional) e Pimenta da Veiga (Comunicações).

José Roberto Arruda falou sobre a necessidade de investimentos para a recuperação de trechos da rodovia Presidente Dutra, onde ocorreram, segundo o seu relato, “deslocamentos assustadores de

terra”. O senador, que é líder do governo no Senado, também pregou a necessidade de liberação de linhas emergenciais de crédito para a região, assim como o FGTS de quem perdeu tudo nas cheias, para a reconstrução das moradias.

O presidente da República, salientou o senador, viu de perto o sofrimento da população e já assinou medida provisória liberando recursos para que as prefeituras possam propiciar às pessoas atingidas meios de refazer suas vidas. Ao informar que há cidades em que não há uma só família que não tenha sido atingida pela enchente, Arruda solicitou a participação de todos nas campa-



José Roberto Arruda destacou a rapidez com que foram enviadas vacinas para as cidades atingidas

nhas que visam ao envio de roupas, remédios e alimentos não perecíveis para ajudar essas po-

pulações.

“Só quem viu o sofrimento daquela gente sabe da importância de uma ação rápida do poder público”, disse o parlamentar, reconhecendo que, sem a ação do Exército, mais vidas teriam se perdido. Ele também mencionou a prontidão com que o Ministério da Saúde mandou vacinas para as cidades atingidas.

Ao observar que a própria Aeronáutica não recomendava o vôo, registrou a competência com que os pilotos da FAB sobrevoaram a Serra da Mantiqueira levando o material necessário para a vacinação.

Camata e Tuma saúdam atitude de Fernando Henrique

Em aparte ao discurso em que o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) falou das conseqüências das chuvas no sul de Minas Gerais, quatro senadores manifestaram sua preocupação com o sofrimento enfrentado por aquelas populações. Referindo-se à enchente que em 1986 castigou o Espírito Santo, Gerson Camata (PMDB-ES) disse que, na época, o presidente da República não foi levar sua solidariedade ao estado.

“Quero me congratular com o presidente Fernando Henrique Cardoso pela rapidez com que compareceu aos locais atingidos”, disse ele. Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a atitude do presidente da República, observando que o exemplo deve ser seguido por todos os governadores de estado. “Que se alerte os governadores para a necessidade de sua presença nesses locais. Que eles também participem para minimizar o so-

frimento dessa gente.”

José Alencar (PMDB-MG) informou que as estradas e as casas de saúde de Itajubá (MG) estão em situação deplorável, precisando de urgentes reparos e recursos financeiros. Ele mencionou especialmente a Santa Casa da Misericórdia da cidade, que está extremamente necessitada de remédios.

Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lamentou que o empenho

do presidente da República em levar sua solidariedade às populações atingidas pelas cheias não tenha se verificado quando do incêndio que castigou Roraima durante um mês. Também lamentou que um empréstimo externo concedido para proteger a floresta amazônica contra incêndios tenha contemplado vários estados da região Norte, exceto Roraima, exatamente o estado que motivou a iniciativa.

Arlindo prega aliança para reconstruir o sul de Minas

Parlamentar diz que é hora de os políticos mineiros deixarem de lado as divergências e se unirem em torno dos interesses do estado

Ao afirmar que o sul de Minas Gerais está vivendo dias de grande intranquilidade com a chuva que caiu em vários municípios do estado nos primeiros dias de janeiro, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) salientou que o momento não é só o de socorrer os desabrigados e as pessoas atingidas pelas enchentes, mas também de tomar medidas definitivas que possam evitar a repetição das atuais dificuldades.

Ele informou que, segundo a Coordenadoria Geral da Assistência às Vítimas, da Defesa Civil mineira, 14 municípios vivem situação de calamidade pública e 16 cidades decretaram estado de emergência. Conforme o senador, 35.800 pessoas estão desabrigadas e mais de 80 mil foram atingidas pelas enchentes.

Arlindo Porto acrescentou que o governo federal deve viabilizar linhas de crédito especiais para ajudar na reconstrução do que foi destruído nas cidades do sul de Minas. A situação, completou, exige que os políticos mineiros esqueçam suas diferenças partidárias e se unam para buscar “o que é de direito dos mineiros e dever do governo: reconstruir o sul do estado”.

Ele considerou importante a visi-



Conforme Arlindo Porto, a chuva desabrigou 35.800 pessoas em Minas Gerais

de sofreu uma grande enchente, com milhares de famílias desabrigadas. Ele disse que, logo depois de tomar as medidas emergenciais, passou a definir ações concretas para evitar que a situação se repetisse.

– Executamos um programa de transferência de famílias para áreas mais seguras, fizemos urbanização em lagoas, evitamos que áreas na orla do rio fossem habitadas e desenvolvemos um grande programa de reflorestamento à margem dos rios – relatou.

Em aparte, José Alencar (PMDB-MG) adiantou que solicitou ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que seja dado um prazo de 90 dias para o pagamento de responsabilidades fiscais em todos os municípios onde foi decretado estado de calamidade ou de emergência. Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o governo federal deve socorrer as famílias em dificuldades não por meio de medidas emergenciais, mas também com a concessão de crédito especial, para que as pessoas possam recuperar o que perderam.

ta feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, semana passada, quando foi anunciada a liberação de R\$ 5 milhões para custear despesas de emergência, como a aquisição de alimentos e vestuário para os desabrigados. Ele também falou da importância do governador Itamar Franco ter transferido a sede do governo estadual para a cidade de Pouso Alegre, uma das mais atingidas pela enchente, não só para visitar os municípios atingidos, mas para definir um programa de recuperação para a região.

PREVENÇÃO

Falando sobre a importância da realização de obras de prevenção às enchentes, ele lembrou que quando foi prefeito de Pato de Minas, 12 dias após ter tomado posse, a cida-

Heloísa acusa governo de descumprir a lei

Ao manifestar sua solidariedade às vítimas das enchentes, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou do governo federal o cumprimento do artigo 21 da Constituição, segundo o qual compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente secas e inundações. A observância da lei preveniria muitas tragédias, observou a senadora.

Heloísa ressaltou também que o artigo 85 da Constituição deixa claro que é crime de responsabilidade não obedecer à lei orçamentária. Ela lamentou que “muito do que está na Constituição acaba sendo letra morta, gasta e vazia na hora de estabelecer a execução orçamentária, pois recursos que estavam previstos não foram viabilizados nem para a seca do Nordeste, que continua matando, nem para as inundações de Minas Gerais e de outros estados, que



Heloísa: Constituição obriga a União a fazer obras de prevenção contra calamidades

continuam matando”.

Ao mesmo tempo em que o governo federal não libera recursos para prevenir calamidades previsíveis e que podem ser evitadas se forem executados projetos viáveis e já amplamente debatidos, segundo Heloísa, “a lei orçamentária é cumprida, bem arrumadinha, com todas as cifras e todos os centa-

vos, para pagar os juros da dívida interna e externa, e para garantir dinheiro para os sápritas da humanidade, que estão lá no FMI (Fundo Monetário Internacional)”.

– Faço essas observações justamente para possibilitar que as famílias que hoje estão passando pelo sofrimento, pelo constrangimento, pela humilhação pessoal, diante de fenômenos previsíveis, não fiquem expostas ao jogo de *marketing* de viagem presidencial nem a discursos de solidariedade apenas diante de acontecimentos dolorosos porque, acima de tudo, depois que o assunto desaparece dos meios de comunicação, fica a experiência dolorosa que marca famílias por toda a vida – disse Heloísa.

A senadora também questionou a convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Executivo, observando que os gastos previstos de R\$ 19 milhões deveriam ser destinados às vítimas das enchentes.

Volta da febre amarela preocupa Tião Viana

Referindo-se a seis presumíveis casos de febre amarela detectados no entorno do Distrito Federal, o senador Tião Viana (PT-AC) alertou ontem para o risco de reurbanização da doença. “Quem observar a história da saúde pública brasileira será capaz de entender que a reurbanização da febre amarela significa o quanto devíamos ter feito pelo país se tivéssemos a visão de futuro que tiveram Carlos Chagas, Osvaldo Cruz e outros”, afirmou o parlamentar.

Tião Viana disse que a responsabilidade pela proteção da população contra a doença não é apenas do governo federal, mas também dos governos estaduais, que devem “levar a sério” providências de saúde pública. Ele informou que o governo do Acre conseguiu o maior índice de cobertura da história do país, ao vacinar 93% da população, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde. Para o parlamentar, foi a falta dessa visão que permitiu o surgimento desse surto no Distrito Federal, em plena entrada do ano 2000.

O senador considerou grave que o Brasil esteja preocupado com um surto de febre amarela quando ela estava erradicada das Américas desde 1957. “Hoje, temos mais de 7 milhões de brasi-



Viana quer que os governos federal e estaduais “levem a sério” a saúde pública

leiros vulneráveis ao risco do surto urbano dessa doença, e muitos esquecem que a vacina é o grande protetor da população quando se fala de saúde pública”, disse ele.

Tião Viana reconheceu que não se deve fazer alarde, mas considerou relevante observar-se que o Brasil não trabalhou de maneira adequada para proteger seu povo. Em sua opinião, essa negligência pode ter ocorrido em razão do fato de a população mais sujeita à transmissão da doença ser da região Norte. Ele alertou para o fato de o vírus transmissor da febre amarela migrar até 500 km, sendo a vacinação a melhor forma de combatê-lo.

Moreira Mendes registra o 18º aniversário de Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) discursou ontem em homenagem ao 18º aniversário do estado de Rondônia, transcorrido no dia 4 passado. “Nos últimos 20 dias, visitei vários municípios do estado, podendo constatar a riqueza dessa nova fronteira agrícola do país e a força e pujança de sua população”, afirmou.

Segundo Moreira Mendes, não houve grandes festas para marcar o aniversário porque o estado passa por momentos difíceis como bem assinalou o governador José Bianco, durante a solenidade. “Encontrei um governo caindo aos pedaços, com telefones cortados por falta de pagamento, salários atrasados de funcionários e R\$ 2 bilhões em dívidas”, disse o governador, segundo Moreira Mendes.

O senador afirmou, porém, que o governador está colocando o esta-



Segundo Moreira Mendes, apesar das dificuldades, o povo de Rondônia mostra “força e pujança”

do nos trilhos do desenvolvimento. “Ele teve a coragem de fazer uma reforma administrativa, apoiada pela Assembléia Legislativa, que vai reestruturar as contas do governo e recuperar a capacidade de investimento do setor público, aplicando recursos na promoção social, econômica e cultural dos rondonienses”, concluiu.

Alcântara questiona presença de bancos estrangeiros no país

Senador considera importante avaliar se o ingresso de instituições do exterior trouxe vantagens para clientes ou mercado financeiro

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) questionou ontem a presença crescente de bancos estrangeiros no Brasil. "O Senado, que tem a responsabilidade constitucional de aprovar a política monetária do país, bem como empréstimos e avais do governo, deveria realizar uma análise profunda sobre as conseqüências da vinda desses bancos", afirmou.

Segundo Alcântara, é preciso perguntar o que aconteceu aos juros e às tarifas bancárias desde que esses bancos se estabeleceram. "Que tipo de clientes eles atendem? O sistema financeiro do país está mais sólido? Se a presença desses bancos estrangeiros aumentar, isso pode afetar a capacidade do governo de lidar com a crise? Essas são algumas questões que nós, senadores, temos a obrigação de investigar", ressaltou.

O senador se referiu à reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que um diretor do Banco Central anuncia estar fechada a entrada de instituições financeiras estrangeiras no país, até que se complete a privatização de sete bancos estaduais, entre eles o Banespa. "Vários banqueiros já se



Alcântara: "Será que o Brasil não deveria colocar limitações mais rígidas aos estrangeiros?"

queixaram do edital de privatização do Banespa, que eles acreditam conter a permissão para que bancos estrangeiros comprem até 100% do banco", explicou.

Alcântara perguntou se as queixas dos banqueiros representam "encenação de quem quer vida mansa", ou "alerta para riscos reais ao sistema financeiro". Ele lembrou que na União Européia, onde o processo de integração está muito adiantado, não estão se registrando compras e vendas de bancos. "Cada país continua com seu siste-

ma financeiro separado. Será que o Brasil não deveria colocar limitações mais rígidas a bancos estrangeiros?", indagou.

Em aparte, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) considerou "extravagante" a presença de bancos estrangeiros no país, lembrando que eles só servem às grandes empresas, não financiam a agricultura nem as pequenas e médias empresas, e não investem no sistema de habitação. "Eles formam um cartel, ao qual só interessa os grandes investimentos." Para o senador José Alencar (PMDB-MG), não se deve permitir a vinda de bancos estrangeiros sem um compromisso de cobrar juros mais baixos.

Também em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a política de privatização não trouxe vantagens para o Brasil. "O patrimônio diminuiu, a dívida aumentou. A sociedade já entendeu que será ingenuidade permitir que instituições como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica sejam privatizadas, como querem alguns setores do governo." Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), o Banespa deve continuar a ser patrimônio paulista.

Dutra teme ameaça de extinção dos direitos trabalhistas

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou a intenção, atribuída ao governo pelos jornais, de extinguir direitos trabalhistas como férias e 13º salário. O senador disse que é favorável à idéia de livre negociação que estaria na base dos projetos prevendo a flexibilização das leis trabalhistas. Contudo, acha que não faz sentido falar em emendar a Constituição sem que seja regulamentado o artigo 7, que garante proteção aos trabalhadores contra demissão arbitrária ou imotivada.

Para Dutra, a regulamentação desse artigo daria aos sindicatos, principalmente aos mais fracos, poder para sentarem-se à mesa com as organizações patronais. O

senador lembrou que essa garantia é especialmente importante num momento em que se registram altos níveis de desemprego.

A extinção pura e simples dos direitos trabalhistas significa para Dutra um grande retrocesso. O senador chegou a questionar se a divulgação desses pretensos objetivos do governo não seria apenas preparação para a adoção de medidas mais brandas, mas igualmente prejudiciais aos trabalhadores:

– Se for verdade o que estão divulgando, estaríamos retornando ao século passado, ao período anterior à Revolução Industrial – disse o senador.

Mas Dutra acredita que as pretensas propostas de mudanças



Dutra: "Extinção pura e simples dos direitos representa um enorme retrocesso"

são tão radicais que enfrentariam oposição não só dos partidos de esquerda, mas também de agremiações que apóiam o governo. O senador concorda com a livre negociação apenas de direitos que não estejam garantidos na Constituição:

– É falso o argumento de que o chamado "custo Brasil" é devido ao peso da folha de salários – disse Dutra.

Suplicy quer que Tápias complemente informações

Considerando incompleta a resposta do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, ao requerimento em que solicitou informações acerca das aplicações de recursos do BNDES, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou ontem à Mesa do Senado que peça a complementação dos dados enviados. Na presidência da sessão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou que a solicitação seria atendida.

Segundo Suplicy, o ministro ignorou, dentre outras, as indagações relativas ao valor de cada financiamento, seu objeto, prazo de pagamento, carência e taxa de juro; ao detalhamento do porte das empresas beneficiadas com os recursos do PIS/Pasep e do próprio banco, listando o valor e as condições de cada financiamento; e à listagem dos municípios e os critérios adotados pelo banco para concessão de microcrédito.



Suplicy criticou a falta de uniformização nos dados encaminhados pelo BNDES

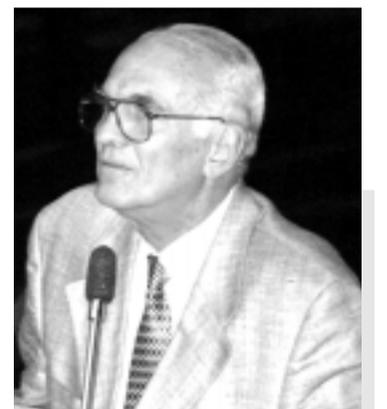
O senador destaca que, além da complementação das informações já enviadas, é necessário que o BNDES uniformize e informe a tipologia nos dados que deverão ser encaminhados ao Senado. Suplicy diz que, para se ter uma idéia da falta de homogeneização dos dados apresentados pelo banco, basta lembrar que, entre 1995 e 1999, o BNDES adotou cinco critérios diferentes para definir o que é micro, pequena, média e grande empresa.

Saturnino apela a FHC para liberar piano da Rádio MEC

Foi com constrangimento diante do surrealismo das regras do fisco brasileiro que o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fez ontem um apelo direto ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que seja encontrada uma solução legal que libere da alfândega, sem Imposto de Importação, um piano Bösendorf comprado pela Associação de Amigos da Rádio MEC e destinado à emissora.

O piano austríaco custou US\$ 80 mil, conseguidos com subscrições e com recursos do Ministério da Cultura, foi transportado pela Força Aérea Brasileira (FAB) e está na alfândega do Rio de Janeiro há quatro meses, em condições de armazenamento precárias, porque a Secretaria da Receita Federal insiste na cobrança do Imposto de Importação, explicou. O Bösendorf, continuou, integrará o patrimônio da Rádio MEC, que é do Ministério da Educação.

O senador disse que se dirigia agora ao presidente porque já apelou aos ministérios da Cultura e da Educação e ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sem resultados. Uma das soluções propostas ao secretário foi a de que a Receita Federal apreendes-



Saturnino: piano foi comprado mediante as contribuições de amigos da Rádio MEC

se o piano e depois o doasse à Rádio MEC, relatou. O fato, acrescentou, é que a associação que importou o piano não tem condições de arcar com os cerca de US\$ 5 mil que estão sendo cobrados pela Receita.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) aparteu Roberto Saturnino para dizer que o problema é ilustrativo da necessidade de uma lei que garanta isenção fiscal para bens culturais. Ele também concordou que "é inadmissível um rigor excessivo" no caso e considerou que "o homem público que desse uma canetada liberando o piano estaria prestando um serviço à coletividade".

Senadores registram pesar pelo falecimento de Iturival Nascimento

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Iris Rezende (PMDB-GO), assinado também pelos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Mauro Miranda (PMDB-GO), de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Iturival Nascimento, que exercia o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e assumiria ainda este mês a presidência daquele órgão. Iturival deixou viúva, Janete Nascimento, e seis filhos.

Iris lembrou a trajetória política de Iturival desde quando foi vereador em Rio Verde, sua cidade natal, passando pela Assembléia Estadual, onde exerceu dois mandatos, e as quatro eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados, entre 1974 e 1990. Em 1992, Iturival Nascimento foi indicado para as funções de conselheiro

do Tribunal de Contas do Estado.

Para Iris Rezende, a morte do ex-deputado deixa uma lacuna difícil de ser preenchida. Segundo o senador, Iturival exerceu a política com paixão, honestidade e coerência. "Goiás sofre uma perda irreparável e deixa de ter no seu convívio um verdadeiro entusiasta da vida pública, um lutador que, como ninguém, defendeu com bravura e determinação suas idéias", afirmou Iris.

O senador Maguito Vilela destacou ainda as lutas de Iturival pelas grandes ferrovias, como a Norte-Sul e a Ferroeste, pela hidrovía Araguaia-Tocantins e pelas rodovias no estado de Goiás. Maguito lembrou que há sete meses faleceu o irmão de Iturival, o deputado estadual Iron Nascimento.

Nabor alerta governo para risco de aumentar combustíveis

Ele teme as conseqüências sobre o controle dos preços e acha perigoso "confiar na recessão como único freio inflacionário"

Ao comentar notícias de que até o final de março os derivados de petróleo terão novo aumento, da ordem de 10%, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) alertou o governo para o perigo de "confiar na força da recessão como o único freio ainda disponível para a disparada inflacionária". Ele sugeriu uma ação conjunta do governo e das empresas que operam no setor energético, "para evitar que os preços internos dos derivados do petróleo sofram ainda novos e insuportáveis aumentos".

Acreditar na recessão como instrumento de controle inflacionário "seria não confiar na capacidade gerencial e moral do governo", afirmou.

Para o senador, cabe ao poder público dar o primeiro passo reduzindo a excessiva carga tributária incidente sobre a gasolina e promovendo rigorosa fiscalização dos produtores, intermediários e varejistas, para que estes não aumentem sua margem de lucro com a renúncia fiscal, como teria ocorrido no Rio de Janeiro.

Conforme Nabor Júnior, a gasolina poderia sair das refinarias custando pouco mais de R\$ 0,60 o litro, não fossem os diversos impostos



Nabor Júnior: cabe ao Poder Público dar o primeiro passo, reduzindo a carga tributária dos combustíveis

federais e estaduais que elevam este custo a R\$ 1,19, valor "inflado em mais uns 10% no trajeto até os tanques dos postos". Essa carga tributária "é abusiva e deve ser revista com seriedade e urgência, antes que a sociedade seja massacrada por mais um aumento que será o gatilho capaz de detonar um novo surto inflacionário", reiterou o senador.

Não se trata de alarmismo, enfatizou, pois as estatísticas oficiais demonstram que, em 1999, os 46,6% de aumento nos preços internos dos combustíveis foram fator decisivo para os 10,21% de inflação registrados no ano.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) observou que, em

1998, quando houve redução nos preços do petróleo no mercado internacional, ela não redundou em diminuição dos preços internos. "Ou estamos praticando uma política suicida ou algo está muito errado com a eficiência das unidades produtoras do país", disse. Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou com Nabor Júnior quanto às conseqüências inflacionárias do aumento dos combustíveis e seu impacto social. José Alencar (PMDB-MG), por sua vez, destacou a influência que qualquer aumento nos preços dos derivados do petróleo tem sobre os custos do transporte no país, incompatíveis com o desígnio de alcançar maior competitividade no mercado internacional.

Plenário lamenta morte de Álvaro Valle e exalta suas virtudes morais

A morte do ex-deputado Álvaro Valle, fundador e presidente de honra do Partido Liberal (PL), foi lamentada pelos senadores, que aprovaram ontem requerimento para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento. Conforme tradição da Casa, serão enviadas condolências à família e ao estado do Rio de Janeiro.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou os tempos em que conviveu com Valle, no PL. "Ele me acolheu com simpatia, sempre pronto a discutir temas políticos ou culturais. Era um homem de bem, que sempre levou a sério suas obrigações, seja como diplomata, seja como político", disse.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) se associou à homenagem do Senado a Álvaro Valle,

ressaltando o papel significativo que desempenhou na cena política do Rio de Janeiro. "Foi um político de muitos mandatos e muitos votos, com virtudes jamais negadas até mesmo por seus adversários."

Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Valle deu uma contribuição importante na formação de políticos. "Sua primeira preocupação quando fundou o PL foi criar cursos de aperfeiçoamento para melhorar o nível e o desempenho dos integrantes do partido. Em 1994, foi um dos deputados mais votados do Rio de Janeiro, com 384 mil votos. Em 1998, já doente, perdeu a eleição para a Câmara por um voto. Era um político identificado com a ética", lembrou.

Também o senador Carlos Wilson (PPS-PE) lamentou a morte

prematura de Álvaro Valle, lembrando os tempos em que conviveu com ele, na Câmara dos Deputados. "Era uma figura exemplar de político, muito dedicado aos temas de educação e cultura."

Segundo o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o país inteiro está enlutado com a perda de um político que sempre lutou por um Brasil melhor. "Ao fundar o PL, preocupou-se com a atuação permanente do partido, evitando o caminho fácil de agremiação política que somente aparece durante as eleições."

Antonio Carlos Magalhães, que presidia a sessão, se associou à homenagem em nome da Mesa Diretora, lembrando a atuação destacada de Álvaro Valle na Câmara dos Deputados, bem como seu espírito de coleguismo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Respiração (3ª parte)
6h30 - Especial - Abrólhos (2º episódio)
6h55 - Senado em Pauta
7h - Entrevista - O senador Geraldo Cândido fala sobre a gratuidade de livros didáticos para a Rede Pública
7h30 - Jornal do Senado
7h55 - Senado em Pauta
8h - Debate
8h55 - Senado em Pauta
9h - Revista da Comissão Mista da Pobreza
9h30 - Entrevista - O senador Francelino Pereira fala sobre enchentes em Minas Gerais
9h55 - Senado em Pauta
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(ao vivo)

12h30 - Entrevista - O senador Geraldo Cândido fala sobre a gratuidade de livros didáticos para a Rede Pública
13h - Revista da Comissão Mista da Pobreza
13h30 - Debate
Logo após, Comissão de Relações Exteriores
19h - Seminário - Amazônia (2º programa)
20h30 - Entrevista - O senador Geraldo Cândido fala sobre a gratuidade de livros didáticos para a Rede Pública
21h - Jornal do Senado
21h15 - Revista da Comissão Mista da Pobreza
21h30 - Especial - Abrólhos (2º episódio)
22h - Sessão Plenária (reapresentação)
Obs: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1. 465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

ACM reúne líderes para definir pauta de votação

Senador se diz contrário a mudanças na proposta que limita a edição de MPs, mas antecipa que qualquer negociação neste sentido deverá ser conduzida por ele e pelo presidente da Câmara, deputado Michel Temer



Antonio Carlos preside reunião de líderes partidários hoje, às 12h

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assegurou ontem que qualquer negociação para alterar a proposta de limitação das medidas provisórias terá que ser conduzida por ele e pelo presidente da Câmara, Michel Temer, com quem conversou du-

rante a tarde. Os dois decidiram reunir as lideranças de cada Casa antes de voltar a encontrar-se, na próxima semana. A reunião das lideranças no Senado está marcada para hoje às 12h:

— Sou contra alterações no texto da proposta de limitação das MPs, mas esta é uma casa política, que supõe negociação. E, se houver, essa negociação passará sempre pelo comando da Câmara e do Senado, e não do Poder Exe-

cutivo — afirmou.

Antonio Carlos disse que Temer tem compromisso com a votação da proposta que altera a situação das MPs, e duvidou da possibilidade de que o PMDB venha a fazer acordo com o governo nesta matéria: “Já ouvi esta conversa antes, e não aconteceu assim”, comentou.

O senador explicou que as reuniões de lideranças serão separadas porque as pautas das

duas Casas são diferentes — “a da Câmara é maior e, talvez, mais problemática — e garantiu que a do Senado “será votada integralmente”.

O presidente do Senado demonstrou otimismo quanto à aprovação do Fundo de Combate à Pobreza, que foi incluído na pauta, por considerar que nenhum parlamentar poderia votar contra uma iniciativa que visa combater a miséria no país.

Para senador, tentativa de isolamento é só “intriga”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, caracterizou como “intriga” as versões de que estaria em curso uma manobra visando seu isolamento político, e negou que estivesse aborrecido com a possibilidade, mesmo porque a considera “impossível”:

— Jamais, no regime democrático, o Palácio do Planalto ou qualquer outro palácio pode isolar o presidente da Câmara ou do Senado. São eles que fazem as pautas de votação. Eu sou o presidente do Congresso. Tudo isso é uma intriga. Talvez algum amigo do Fernando Henrique esteja nisso, mas garanto que ele não está — afirmou.

O senador disse também que não vê necessidade de reagir, e acrescentou que “nessa altura da vida, ninguém consegue me isolar, senão, eu não seria quem eu sou. Cada um tem o seu mérito, eu tenho o meu”.

Antonio Carlos deu opinião favorável ao lançamento da candidatura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, à Presidência da República pelo PFL, o seu partido. “É uma excelente candidatura”, afirmou o presidente do Senado.

Tebet sugere que período de recesso parlamentar caia de 90 para 30 dias

A redução do tempo destinado ao recesso parlamentar, de 90 para 30 dias, foi defendida ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao relatar a dificuldade que encontrou para explicar a um grupo de universitários formandos de Mato Grosso do Sul a importância da convocação extraordinária do Congresso Nacional. “Não consegui convencer os formandos da necessidade dessa convocação extraordinária, mesmo explicando didaticamente que a convocação foi feita pelo presidente da República e que não pode ser contestada pelos parlamentares”, afirmou o senador.

Ramez Tebet disse que não é dele a ideia de reduzir para 30 dias o recesso parlamentar, igualando ao período normal de férias de qualquer trabalhador, mas de alguns líderes partidários que estão estu-

dando a proposta como meio de evitar as sucessivas convocações extraordinárias do Congresso, deixando-as restritas às situações de real urgência e necessidade. “Estamos em choque com a opinião pública brasileira”, observou.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apoiou a tese de Tebet e disse que a sociedade está em dúvida se as matérias da pauta da convocação não poderiam ter sido debatidas e votadas em período normal de funcionamento do Congresso. O senador destacou a necessidade de preservar o erário dos custos extraordinários de uma convocação e revelou que



“Estamos em choque com a opinião pública”, admitiu Ramez Tebet

o recesso de três meses vem do início da República, quando havia grandes dificuldades de locomoção no país.

Tebet ressaltou que os meios de transporte evoluíram juntamente com os meios de comunicação e que as dificuldades do passado não mais existem.

Dizendo que quem opta pela vida pública não tem mais hora e a porta tem que estar sempre aberta para os cidadãos que representa, Arlindo Porto (PTB-MG) também defendeu uma tomada de posição firme e coerente com os anseios da sociedade na redução do tempo de recesso parlamentar.

Senado envia pêsames a Joaquim Roriz

A Mesa do Senado enviará ao governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, mensagem de pêsames pelo acidente que resultou no falecimento de sua irmã, Iris Roriz Solano. A iniciativa foi dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Maguito Vilela (PMDB-GO), que apresentaram requerimento nesse sentido, deferido pela Mesa.

Os votos de pesar deverão ser estendidos aos demais irmãos da falecida, Laudemiro de Jesus Roriz, José Roriz Aguiar, Maria Celeste Roriz Gonçalves, Ana Roriz Carneiro e Edna Terezinha Roriz Barbosa, assim como ao esposo de Iris Roriz Solano, o jornalista Luiz Einar Neri Solano e seus filhos Gilberto, Andréia e André Roriz Solano.

MPs são o real motivo da convocação, afirma Dutra

A convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro não se deve à necessidade de votação de nenhuma matéria urgente, na opinião do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). “O Congresso deve ser convocado no mês de janeiro, sempre, porque a Constituição estabelece que todas as vezes que houver a edição de uma medida provisória, se o Congresso estiver em recesso, deve ser convocado cinco dias depois”, disse o senador, observando que em todos os meses há edição ou reedição dessas medidas:

— Este é o verdadeiro motivo da

convocação. O resto são matérias arremadas para preencher a pauta — disse Dutra. Ele citou como exemplo a proposta de emenda constitucional (PEC) prevendo os limites de gastos das câmaras municipais, que poderia ser votada até o fim do ano.

Para o senador, a discussão sobre a convocação extraordinária já está se tornando um



José Eduardo Dutra

“filme repetido”. Até as matérias publicadas na imprensa sobre o assunto parecem as mesmas todos os anos, de acordo com ele.

Dutra concorda com a ideia de diminuição do recesso parlamentar, considerado por muitos como grande demais para uma época de transportes e comunicação rápidos. Discorda, no entanto, da proposta de férias em mês de livre

escolha de cada senador feita pelo líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF):

— Se a maioria escolher o mês de janeiro, como ficará o *quorum*? — questiona Dutra.

O senador também disse ter ficado surpreso com a reação do governo à PEC que limita a edição de medidas provisórias, já que a matéria foi aprovada pelo Senado respeitando quase que integralmente o texto vindo da Câmara. Dutra acha que a Câmara não deveria alterar o texto enviado pelo Senado — que, como disse, mudou apenas o regime de tramitação.